

CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE LOULÉ – FRANCISCO ROSADO

AVISO DE ABERTURA

Concurso Interno e Concurso Externo para preenchimento de vagas da Escola Artística do Conservatório de Música de Loulé – Francisco Rosado

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Regime de Seleção e Recrutamento de Docentes do Ensino Artístico Especializado da Música e da Dança, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março, torna-se público que, por meu despacho de 6 de maio de 2021, se encontram abertos os concursos interno e externo para preenchimento das vagas existentes nos grupos e subgrupos das disciplinas curriculares dos cursos do ensino artístico especializado da música, definidas nos termos da Portaria n.º 52-A/2021, de 9 de março e da Portaria n.º 52-B/2021, de 9 de março.

1. Legislação aplicável

Ao presente procedimento concursal aplica-se o Regime de Seleção e Recrutamento de Docentes do Ensino Artístico Especializado da Música e da Dança, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março (de ora em diante abreviadamente designados como “o Regime de M&D”), e subsidiariamente, o disposto no Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho e Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ambos na redação atual.

2. Requisitos de admissão ao concurso

2.1. Podem ser opositores ao concurso interno os docentes que tenham sido integrados ou transferidos para estabelecimentos públicos de ensino artístico especializado da música e da dança.

2.2. Podem ser opositores ao concurso externo os candidatos que reúnam os seguintes requisitos cumulativos de admissão:

- a) Completem o limite de três anos ou duas renovações de contratos de trabalho a termo resolutivo:
 - i. celebrados com o Ministério da Educação, a partir de 1 de setembro de 2018, só relevando o tempo de serviço prestado em estabelecimentos públicos de ensino artístico especializado da rede do Ministério da Educação, com componente letiva;
 - ii. na sequência de colocação obtida em horário anual e completo, considerando-se contrato anual aquele cuja colocação ocorreu até ao último dia do prazo limite para o início do ano letivo, de acordo

- com o calendário escolar, e que vigore até ao fim do ano escolar, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º do Regime de M&D;
- iii. no mesmo ou em diferente grupo, subgrupo ou disciplina do ensino artístico especializado.
 - iv. não se considerando os complementamentos e aditamentos ao horário de colocação;
- b) Possuam qualificação profissional para a docência em grupo, subgrupo ou disciplina do ensino artístico especializado.
 - c) Preencham os requisitos previstos no artigo 22.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.
- 2.3. A verificação da reunião dos requisitos é efetuada na admissão ao procedimento concursal, por deliberação do júri.
- 2.4. O candidato deve reunir os requisitos de admissão até à data limite de apresentação da candidatura.

3. Das vagas

3.1 O procedimento concursal realiza-se para preenchimento das vagas previstas no Anexo I a este Aviso e fixadas nos termos da Portaria n.º 52-A/2021, de 9 de março e/ou da Portaria n.º 52-B/2021, de 9 de março.

3.2. O concurso interno visa a satisfação de necessidades permanentes de pessoal docente dos estabelecimentos públicos de ensino artístico especializado da música e da dança, através da mobilidade dos docentes pertencentes aos quadros dos estabelecimentos públicos de ensino artístico especializado da música e da dança para vagas em quadros de outros estabelecimentos públicos daquela natureza.

3.3. O concurso externo destina-se ao recrutamento de candidatos que pretendam aceder a vagas dos quadros dos estabelecimentos de ensino artístico especializado da música e da dança.

3.3.1. No concurso externo, a verificação do limite indicado no n.º 2 do artigo 16.º do Regime de M&D determina a abertura de vaga no quadro do estabelecimento público de ensino artístico especializado em que o docente se encontra a lecionar, nos termos do n.º 11 do mesmo artigo 16.º.

3.3.2. O candidato é obrigatoriamente opositor ao concurso cuja abertura de vaga determinou, nos termos do n.º 11 do artigo 16.º do anexo ao Decreto-Lei n.º 15/2018.

3.3.3. No concurso externo os candidatos apenas podem ocupar vaga diferente da por si aberta nos termos do n.º 11 do artigo 16.º do Regime de M&D se se encontrarem preenchidas todas as vagas abertas em que forem suscetíveis de ser opositores.

4. Critérios e métodos de seleção

No procedimento concursal são utilizados os seguintes critérios gerais e específicos de seleção:

4.1. Critérios gerais de avaliação e respetiva pontuação:

1. Perfil de Competências (40 %)

2. Experiência Profissional (30 %)
 3. Formação Profissional (30 %).
- 4.2. Na experiência profissional é considerado, sem prejuízo de outros critérios específicos, o tempo de serviço prestado em estabelecimentos de ensino artístico especializado da música e da dança
- 4.3. Critérios específicos de avaliação e respetiva pontuação:

I. CONCURSO INTERNO

A. PERFIL DE COMPETÊNCIAS (40%)

1. Provas Práticas [30%]

- **GRUPOS e Subgrupos: M11** (Aulas de Guitarra); **M17** (Aulas de Piano); **M28** (Aulas de Formação Musical)
 - **PROVA 1: Palestra teórico-prática, de 20 minutos, que incida sobre um assunto pertinente da pedagogia/performance da disciplina (15%);**
 - **PROVA 2: Aula de 20 minutos de nível avançado – 3.º ciclo ou secundário (15%);**

PROVA 1 – Palestra teórico-prática [15%]

Itens a avaliar		Ponderação
Área Científica	Conhecimento científico	20 pontos
	Capacidade de comunicação e clareza na linguagem utilizada	15 pontos
	Articulação do assunto apresentado com a realidade pedagógica (sala de aula): demonstração e cenários hipotéticos.	45 pontos
	Enriquecimento do tema com ilustrações e pesquisas bibliográficas	15 pontos
	Gestão do tempo atribuído para o desenvolvimento da sessão.	5 pontos
TOTAL		100 pontos

PROVA 2 – Lecionação de aula [15%]

Itens a avaliar		Ponderação
Área Científica	Conhecimento científico, pedagógico e didático inerente à disciplina	40 pontos
	Estratégias e recursos adequados às necessidades do(s) aluno(s), transmitidos com eficácia e rigor.	30 pontos
Área Pedagógica	Capacidade de comunicação, de estímulo e motivação do(s) aluno(s), com vista ao sucesso da execução das tarefas propostas.	20 pontos
	Promoção de um clima equilibrado, favorável à aprendizagem do(s) aluno(s).	10 pontos
TOTAL		100 pontos

2. Entrevista [10%]

Discussão das provas práticas (Até ao máximo de 100 pontos)

Itens a avaliar		Ponderação
Questões	1 – Sobre as provas práticas	25 pontos
	2 – Sobre as provas práticas	25 pontos
	3 – Sobre as provas práticas	25 pontos
	4 – Conhecimentos dos aspetos mais relevantes do Plano Estratégico da EA do Conservatório de Música de Loulé – Francisco Rosado	15 pontos
	5 – Motivação para o desempenho de funções	10 pontos
TOTAL		100 pontos

B. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (30%)

1. **Tempo de serviço, em dias, no ensino artístico especializado, no grupo/subgrupo a que se candidata, a 31 de agosto de 2020 (serão convertidos em anos) [10%];**

- 5 anos – 3%;
- Entre 6 e 7 anos – 6%;
- Entre 8 e 9 anos – 9%;
- 10 ou mais anos – 10%;

2. **Cargos e outras funções de gestão ou supervisão pedagógica desempenhados em escolas públicas do Ensino Artístico Especializado de Música [10%];**

(Até ao máximo de 100 pontos)

- Diretor / Presidente da CAP – 25 pontos por cada ano, até ao máximo de 100;
- Outros cargos de Direção (Subdiretor, Adjunto, Vice-presidente da CAP, Vogal) – 20 pontos por cada ano, até ao máximo de 100;
- Coordenador de Departamento – 8 pontos por cada ano, até ao máximo de 100;
- Coordenador de Diretores Turma – 8 pontos por cada ano, até ao máximo de 100;
- Diretor de Turma – 5 pontos por cada ano, até ao máximo de 100;

3. **Diversidade de Projetos desenvolvidos [5%];**

(Até ao máximo de 100 pontos)

- Palestras/ Conferências/ Seminários/ Workshops/ Masterclasses, como orador/ formador – 20 pontos por cada até ao máximo de 100;
- Concertos/Apresentações/Realização de Projetos inseridos no Plano Anual de Atividades da Escola (excetuando as audições de classe, trimestrais, etc.) – 10 pontos por cada até ao máximo de 100.

4. Estudos superiores complementares [5%]

• Doutoramento em performance no subgrupo a concurso	5 %
• Mestrado em performance no subgrupo a concurso	3,75 %
• Licenciatura em áreas afins <i>complementares</i> do EAE de Música	1 % por grau académico, até ao máximo de 3 %.

C. FORMAÇÃO PROFISSIONAL (30%)

1. Classificação Profissional [15%]

a. 5 pontos por cada valor, até ao máximo de 100.

2. Formação contínua acreditada pelo CCPFC, relevante para o exercício de funções, desde 2018 [15%]

a. 0,25 pontos por cada hora de formação creditada, até ao máximo de 100.

II. CONCURSO EXTERNO

A. PERFIL DE COMPETÊNCIAS (40%)

- **GRUPOS e Subgrupos: M10** (Flauta de Bisel), **M11** (Guitarra Clássica), **M17** (Piano), **M18** (Saxofone), **M24** (Violino) e **M28** (Formação Musical).

1. Avaliação de conhecimentos e de competências em matérias associadas ao trabalho especializado em sala de aula, ao conhecimento dos documentos estruturantes do Conservatório de Música de Loulé – Francisco Rosado e à sua operacionalização e disseminação junto da comunidade, bem como às motivações intrínsecas e extrínsecas para o exercício das funções de docente.

Itens a avaliar		Ponderação
Questões na plataforma SIGRHE	Questão 1	13%
	Questão 2	12%
	Questão 3	10%
	Questão 4	5%
TOTAL		40 %

B. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (30%)

1. Tempo de serviço, em dias, no ensino artístico especializado, no grupo/subgrupo a que se candidata, a 31 de agosto de 2020 (serão convertidos em anos) [15%]

- a. 2 anos – 5%;
- b. Entre 3 e 6 anos – 8%;
- c. Entre 7 e 9 anos – 12%;
- d. 10 ou mais anos – 15%;

2. Diversidade de Projetos desenvolvidos nos últimos três anos letivos [15%]

(Até ao máximo de 100 pontos)

- a. Palestras/ Conferências/ Seminários/ Workshops/ Masterclasses, como orador/formador – 20 pontos por cada até ao máximo de 100.
- b. Jurado de Concursos – 15 pontos por cada até ao máximo de 100.
- c. Concertos/Apresentações/Realização de Projetos inseridos no Plano Anual de Atividades da Escola (excetuando as audições de classe, trimestrais, etc.) – 10 pontos por cada até ao máximo de 100.

C. FORMAÇÃO PROFISSIONAL (30%)

1. Classificação Profissional [15%]

- a. 5 pontos por cada valor, até ao máximo de 100.

2. Formação contínua acreditada pelo CCPFC, relevante para o exercício de funções, desde 2018 [15%]

- a. 0,25 pontos por cada hora de formação creditada, até ao máximo de 100.

4.4. Classificação final

4.4.1. A classificação final a atribuir a cada candidato, numa escala de 0 a 100, resulta da soma das classificações atribuídas em cada um dos critérios gerais de seleção.

4.4.2. São critérios de desempate:

1. Resultado da classificação do “Perfil de Competências”;
2. Tempo de serviço, em dias, no ensino artístico especializado, no grupo/subgrupo a que se candidata, a 31 de agosto de 2020;
3. Classificação profissional (ou académica se não profissionalizado).

4.5. Acesso aos dados de avaliação e classificação

Sempre que o solicitem ao júri, os candidatos têm acesso às atas onde constem os critérios gerais e específicos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de classificação final.

5. Prazo de apresentação da candidatura

5.1. A candidatura é apresentada entre as 10:00 horas do dia 7 de maio e as 18:00 horas de 11 de maio de 2021,

de Portugal continental, correspondente a 3 dias úteis.

6. Forma de apresentação da candidatura

6.1. A apresentação da candidatura ao concurso aberto pelo presente aviso é efetuada mediante preenchimento de um formulário em formato eletrónico, disponibilizado pela Direção-Geral de Administração Escolar (DGAE) no respetivo sítio na internet.

6.2. O formulário de candidatura deverá ser preenchido de acordo com as respetivas instruções, sob pena de ser considerado irregularmente preenchido.

6.3. Sendo o candidatopositor a vários concursos, deve ordenar as suas preferências de colocação.

6.4. O candidatopositor ao concurso externo é obrigatoriamentepositor à vaga cuja abertura determinou, nos termos do n.º 11 do artigo 16.º do Regime de M&D.

7. Documentos a apresentar

7.1. Os candidatos comprovam os elementos constantes do formulário de candidatura mediante fotocópia simples dos adequados documentos.

7.2. Para efeitos do ponto anterior, os candidatos devem apresentar nesta escola, para além de outros que venham a ser solicitados, os seguintes documentos:

- a) Fotocópia do documento de identificação indicado na candidatura;
- b) Fotocópia(s) da(s) certidão(ões) comprovativa(s) das habilitações declaradas, da(s) qual(ais) deve(m) constar, obrigatoriamente, a indicação da conclusão do respetivo curso e a classificação obtida;
- c) Fotocópia da declaração emitida pela escola, mencionando o(s) grupo/subgrupo/disciplina em que realizaram o estágio pedagógico;
- d) Fotocópia da(s) certidão(ões) comprovativa(s) do tempo de serviço efetivamente prestado no ensino artístico especializado da música, antes e após a profissionalização;
- e) Fotocópia da(s) certidão(ões) comprovativa(s) do tempo de serviço efetivamente prestado nos últimos seis anos letivos imediatamente anteriores à data da abertura do concurso, em regime de contrato de trabalho com horário anual e completo nas escolas públicas de ensino artístico especializado, da rede do Ministério da Educação (ME);
- f) Documento de autorização para o exercício de funções docentes em Portugal para os nacionais dos Estados membros da União Europeia e dos Estados signatários do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 289/91, de 10 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 396/99, de 13 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 71/2003, de 10 de abril;
- g) Documento de autorização para o exercício de funções docentes em Portugal, nos termos do disposto nos artigos 46.º e 47.º do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República

Portuguesa e a República Federativa do Brasil, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de dezembro;

h) Certidão de registo criminal atualizado.

7.3. Sem prejuízo do disposto nos números 4 e 5 do artigo 9.º e n.º 2 do artigo 10.º, do Regime de M&D, os candidatos são dispensados da entrega de documentos comprovativos que se encontrem arquivados no respetivo processo individual neste estabelecimento de ensino, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, na sua redação em vigor, aplicável de acordo com o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março.

7.4. Os documentos comprovativos devem ser apresentados pelos docentes neste estabelecimento de ensino até ao final do prazo de apresentação da candidatura, sendo entregues pessoalmente ou pelo correio, com aviso de receção, atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

8. Motivos de exclusão do concurso

São motivos de exclusão dos candidatos do concurso:

8.1. Não terem realizado, completado e submetido a candidatura no prazo estipulado para o efeito;

8.2. Não reunirem todos os requisitos de admissão estabelecidos no ponto 2 do presente aviso.

8.3. Não apresentarem a documentação comprovativa constante do ponto 7;

8.4. Preencherem os formulários eletrónicos de candidatura irregularmente, nomeadamente:

a) O nome;

b) O tipo do documento de identificação;

c) O número do documento de identificação;

d) A data de nascimento;

e) A nacionalidade;

f) O grupo e/ou subgrupo das disciplinas curriculares dos cursos do ensino artístico especializado da música a que se candidatam;

g) A qualificação profissional relativa ao grupo e/ou subgrupo das disciplinas curriculares dos cursos do ensino artístico especializado da música a que se candidatam;

h) O tempo de serviço prestado;

i) Grau de incapacidade inferior a 60 % e tipo de deficiência não considerado nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro.

8.5. Não apresentarem a procuração que lhes confere poderes para apresentação da candidatura em nome do candidato, quando aplicável;

8.6. Não apresentarem autorização para o exercício de funções docentes em Portugal, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 289/91, de 10 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 396/99, de 13 de outubro, e pelo Decreto-Lei

n.º 71/2003, de 10 de abril, quando aplicável;

8.7. Não apresentarem autorização para o exercício de funções docentes em Portugal, nos termos do disposto nos artigos 46.º e 47.º do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de dezembro, quando exigido;

8.8. Não apresentarem documento comprovativo do reconhecimento de habilitação, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, para candidatos titulares de uma habilitação adquirida no estrangeiro;

8.9. Não apresentarem declaração sob compromisso de honra de candidatos portadores de deficiência na qual conste o grau de incapacidade igual ou superior a 60 % e o tipo de deficiência, de acordo com o previsto nos n. os 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro;

8.10. Estar inibido de exercer funções com menores.

9. Publicitação das listas provisórias de admissão e exclusão

9.1. Terminado o prazo para apresentação de candidaturas, o júri procede à verificação dos elementos apresentados pelos candidatos, designadamente a reunião dos requisitos exigidos e a apresentação dos documentos essenciais à admissão.

9.2. O júri pode requerer a apresentação de documentos autênticos ou autenticados sempre que existam dúvidas sobre a veracidade ou autenticidade dos documentos apresentados.

9.3. Após a instrução da candidatura, o júri pode solicitar documentos adicionais que se revelem indispensáveis, devendo os mesmos ser entregues no prazo que indique, não inferior a 3 dias úteis.

9.4. Após a conclusão do procedimento previsto no número anterior, aplicados os métodos de seleção, o júri elabora e publicita, na página eletrónica do respetivo estabelecimento público de ensino artístico especializado da música e da dança, bem como em edital afixado nas suas instalações, as listas provisórias dos candidatos admitidos e excluídos, contendo os motivos que fundamentam a proposta de exclusão.

10. Reclamação

10.1. Após a divulgação das listas provisórias de admissão e exclusão, os candidatos dispõem do prazo de cinco dias úteis a contar do dia imediato à referida publicitação para apresentarem reclamação, usando para tal a aplicação eletrónica do concurso.

10.2. Não é admitida a junção de documentos que, por não serem do conhecimento oficioso, devessem ter sido apresentados dentro do prazo previsto para entrega das candidaturas.

10.3. A decisão proferida sobre a reclamação é notificada aos candidatos no prazo de sete dias úteis.

11. Listas definitivas de exclusão, classificação final e colocação

11.1. Terminado o prazo de sete dias úteis a que se refere o ponto 10.3. e promovidas as alterações decorrentes da análise das reclamações que sejam consideradas deferidas, as listas provisórias de ordenação e exclusão convertem-se em definitivas.

11.2. Os candidatos são ordenados por ordem decrescente, por grupo, subgrupo ou disciplina de formação artística, em função da classificação final obtida.

11.3. As listas são afixadas em local de estilo da escola e publicitadas no sítio na Internet de cada estabelecimento de ensino e da DGAE.

11.4. O preenchimento das vagas respeita a ordenação prevista nos números anteriores e manifesta-se através de listas de colocações elaboradas pela Direção-Geral da Administração Escolar e homologadas pelo respetivo Diretor-Geral, publicadas nos sítios na internet da escola e da DGAE.

11.5. O procedimento deverá ser tramitado no seguinte calendário:

- Início do procedimento - primeira quinzena de maio;
- Termo do procedimento – segunda quinzena de junho.

12. Impugnação administrativa

Das listas de classificação final e de exclusão pode ser interposto recurso hierárquico, sem efeito suspensivo, a apresentar em formulário eletrónico disponibilizado pela DGAE, no prazo de cinco dias úteis contado a partir do dia útil seguinte à sua publicitação.

13. Aceitação da colocação

13.1. Os candidatos colocados nas vagas deste estabelecimento de ensino artístico especializado, na sequência do presente concurso, devem, no prazo de dois dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicitação das listas definitivas de colocação, aceitar a colocação na aplicação eletrónica disponibilizada pela DGAE.

13.2. A não aceitação da colocação obtida determina a anulação da colocação e extingue o correspondente lugar no quadro da escola, para efeitos do presente concurso.

14. Apresentação

14.1. Os candidatos colocados em resultado dos concursos interno e externo devem apresentar-se no 1.º dia útil do mês de setembro.

14.2. Nos casos em que a apresentação, por motivo de férias, parentalidade, doença ou outro motivo previsto na lei, não puder ser presencial, deve o candidato colocado comunicar o facto à escola, por si ou por interposta pessoa, no 1.º dia útil do mês de setembro, devendo apresentar até ao 5.º dia útil seguinte documento justificativo da sua não comparência naquele dia.

14.3. O não cumprimento do dever de apresentação determina a anulação da colocação obtida e extingue o correspondente lugar no quadro da escola, para efeitos do presente concurso.

15. Júri

15.1. O júri é constituído nos termos do artigo 5.º do Regime de M&D, com a seguinte composição:

CONCURSO INTERNO

- a) **Presidente:** Gonçalo José Martins Duarte, que é substituído na sua falta e impedimentos por José Joaquim Prazeres Reis;
- b) **Vogais** designados nos termos do Artigo 5.º do Regime de M&D:

Grupos e Subgrupos M11, M17 e M28

- 1.º **Vogal efetivo:** Ana Lopes Estevens
- 2.º **Vogal efetivo:** Ana Rita Marques Nunes
- 1.º **Vogal suplente:** Rui Miguel da Silva Lemos
- 2.º **Vogal suplente:** Cristóvão Manuel da Costa Silva

CONCURSO EXTERNO

- a) **Presidente:** Sérgio Ricardo Alves Leite, Diretor, que é substituído nas suas faltas e impedimentos por Helena Maria Vida Errada Monteiro, Subdiretora;
- b) **Vogais** designados nos termos do Artigo 5.º do Regime de M&D:

Grupos e Subgrupos M10, M11, M17, M18, M24 e M28

- 1.º **Vogal efetivo:** Rui Miguel Ramos Mourinho
- 2.º **Vogal efetivo:** José Joaquim Prazeres Reis
- 1.º **Vogal suplente:** Ana Lopes Estevens
- 2.º **Vogal suplente:** Ana Rita Marques Nunes

15.2. O júri delibera com a participação efetiva e presencial de todos os seus membros, devendo as respetivas deliberações ser tomadas por maioria e sempre por votação nominal.

15.3. Nos termos do artigo 6.º do Regime de M&D, as deliberações do júri devem ser fundamentadas e registadas por escrito, podendo os candidatos ter acesso às atas e aos documentos em que elas assentam.

15.4. Em caso de impugnação, as deliberações escritas são facultadas à entidade que sobre ela tenha que decidir.

15.5. O registo dos diferentes procedimentos do concurso é efetuado pelo júri no suporte eletrónico disponibilizado

pela DGAE.

Conservatório de Música de Loulé – Francisco Rosado, 6 de maio de 2021

O Diretor



(Sérgio Ricardo Alves Leite)



ANEXO I – VAGAS

A. CONCURSO INTERNO

Grupo/Subgrupo	Número de Vagas
M11 – Guitarra	1
M17 – Piano	1
M28 – Formação Musical	1

B. CONCURSO EXTERNO

Grupo/Subgrupo	Número de Vagas
M10 – Flauta de Bisel	1
M11 – Guitarra Clássica	1
M17 – Piano	2
M18 – Saxofone	1
M24 – Violino	1
M28 – Formação Musical	2